

Revista de Processo

COORDENAÇÃO

Teresa Arruda Alvim

Pré-textuais

Créditos

Expediente

In Memoriam

Linha Editorial

Apresentação

Teoria Geral do Processo

¿Verdad y justicia a través del Proceso Civil? Hanns Prütting / Tradução
Álvaro Pérez Ragone

O Ministério Público brasileiro e o aditamento à petição inicial Hugo Nigro
Mazzilli

Revisitando a “colaboração processual”: ou uma autocrítica tardia, porém necessária Igor Raatz

Processo de Conhecimento (fase cognitiva)

[Legitimidade para pleitear honorários sucumbenciais](#) Fernanda Martins Mônico

[Revisitação a alguns aspectos da teoria geral da prova](#) João Batista Lopes

Tutela Executiva

[Limites e critérios para a execução de decisão estruturante no processo para solução de conflitos de interesse público](#) Matheus Leite Almendra

Meios de Impugnação das Decisões Judiciais – Processo nos Tribunais

[Técnicas decisórias com efeitos aditivos no direito comparado: modelos e casos aplicados no direito brasileiro](#) Lucas De Laurentiis e Carolina Silva Finatelli

[Ação rescisória e prescrição da pretensão executiva](#) José Henrique Mouta Araújo

[Da ação rescisória resultante de simulação ou colusão entre as partes no CPC/2015](#) José Luiz Ragazzi e Paulo Henrique Silva Godoy

[Provimento do recurso parcial e os efeitos sobre a parte da decisão não recorrida](#) Luciano Vianna Araújo

Técnicas Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva

[O incidente da assunção de competência do CPC/2015 à luz da análise econômica do direito](#) Tadeu Alves Sena Gomes

A possibilidade de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas a partir de causas dos juizados especiais Arthur Sombra Sales Campos

Tutela Diferenciada

Limites à cognição e o reconhecimento do domínio ou posse em embargos de terceiro: uma interpretação do art. 681 do CPC/15 Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes

Direito Jurisprudencial – Precedentes Vinculantes, Jurisprudência Dominante, Súmulas e Temas Afins

Incidente de assunção de competência: reflexões sobre seu cabimento, suspensão de processos e fungibilidade Cassio Scarpinella Bueno

Reflexos processuais da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre desaposentação Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Direito Estrangeiro e Comparado – Generalidades

Apontamentos sobre a tutela coletiva na América Latina: Brasil, Argentina, Colômbia e Peru Paulo Guilherme R. R. Mazini

Piero Calamandrei e a tutela cautelar Remo Caponi. Tradução: Ana Júlia Chenet Dal Ri

Tendências Contemporâneas

Financiamento de litígios por ‘terceiros’ (ou ‘third-party’ funding): o financiador é um sujeito processual? Notas sobre a participação não aparente Sofia Temer

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos – ADR

Eficiência e consequencialismo: o caminho de desenvolvimento da solução pacífica de conflitos no âmbito da Administração PúblicaRita Vasconcelos e Suelen Isabel da Silva

História do Direito

Uma visão – no tempo – da jurisdição. A natureza do procedimento arbitral (parte 1)Márcio Bellocchi

Jurisprudência Anotada

Supremo Tribunal Federal

Ausência de indicação do Presidente da República no polo passivo da demandanção permite depreender a exata dimensão da ofensa ao dever delegar, acarretando desconhecimento da ação

Superior Tribunal de Justiça

Ausência de motivos para que a realização do ato de alienação judicialetrônica seja praticado em comarca diversa do juízo da execução fiscal, tendo em vista que acesso à internet dispensa o comparecimento dos interessados no local da hasta pública

É nula citação postal enviada para o estabelecimento comercial onde ocitanda trabalha e recebida por terceiro, uma vez que não há como ter certeza de que o réu tenha efetivamente tomado ciência da ação contra si ajuizada

É aplicável o reconhecimento da prescrição aquisitiva quando o prazo exigido por lei se exauriu no curso da ação de usucapião extraordinária

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita